

Uma antropologia nas/das caatingas

Caio dos Santos Araújo

Doutorando pelo PPGSIS.

Resumo

O presente trabalho é desdobramento da minha ida ao Cariri Oriental Paraibano, região onde realizei meu trabalho de campo. Na oportunidade, busquei observar o modo como as pessoas da região vivem e procurei conversar com alguns moradores. Trata-se do primeiro contato com campo de estudo da minha tese. O objetivo inicial era levantar as técnicas e tecnologias utilizadas pelos moradores, sendo identificadas: a estocagem de sementes, de forragem, as cisternas e teto solar. Essas técnicas e tecnologias são pensadas como formas de “convivência com o semiárido”. Sendo assim, em um primeiro momento, eu apresento o ponto de partida da pesquisa: campo, projeto inicial e método. Em seguida, elaboro algumas observações a partir de conversas que tive com duas pessoas que conheci durante o campo: Jonas Duarte e Rejane Alves. Com isso procuro desenvolver, mesmo que de maneira incipiente, o material etnográfico produzido até o aqui.

Palavras-chave: Semiárido; Antropologia; Etnografia.

Situando o campo e mirando o espelho antropológico

O presente trabalho está em andamento, faz parte da minha tese que estou desenvolvendo na tese, sob orientação do Prof. Felipe Sussekind. Durante três meses estive na cidade de Campina Grande, realizando visitas ao município de Caturité, a convite de Jonas Duarte, professor de história da Universidade Federal da Paraíba. No preparo para minha viagem, procurei investir em um celular e microfone que pudesse gravar áudio e imagem com qualidade, na esperança de produzir material de campo que seria analisado a posteriori. Eu também tinha a ideia de realizar um projeto audiovisual, como parte complementar da minha tese. Na volta do campo, ao mesmo tempo, ao tentar editar o material, para mostrá-lo para amigos e familiares percebi que precisaria de um fio condutor, mesmo que parcialmente acabado, para que eu compartilhasse questões que julgo importantes sobre o semiárido brasileiro, ou melhor sobre a região que procuro descrever e os conectar, mesmo que parcamente com a realidade que vi.

Aos poucos também busco encontrar a minha escrita etnográfica e meu caminho criativo. De imediato, algumas questões apareciam para mim, como organizar as conversas que tive durante o período do campo? Durante os três meses que passei em Campina Grande, visitando familiares conhecidos de nome e outros totalmente desconhecidos, eu visitava a cidade do Caturité na companhia de Jonas. Além de subir o Planalto da Borborema, de pegar a Br-104 algumas vezes, enquanto conversávamos sobre a vida no sertão, a história de sua ocupação, sobre a vida de Sr Hemetério, pai de Jonas entre outras coisas, eu pude contemplar a caatinga e perceber com ela muda sua paisagem rapidamente. A primeira pessoa que parei para conversar sobre o interior da Paraíba foi Jonas, ele me convidou para ir ao seu sítio. Eu pedi a ele que me indicasse outras pessoas para conversar, foi assim então que em outra oportunidade encontrei Maria do Socorro e Maria Madalena, elas são responsáveis por tocar os trabalhos no Centro de Ação Cultural (CENTRAC) que tem sua sede localizada em Campina Grande.

Ao final do meu encontro com elas, procedi da mesma maneira que fiz com Jonas, pedi a elas que me indicasse outra pessoa para conversar e assim cheguei a Rejane. O trabalho de Rejane junto a Articulação do Semiárido (ASA) voltou meu olhar para uma das organizações da sociedade civil mais importantes e atuantes no território. Rejane, por sua vez, indicou Sarah, uma agricultora do município de Sapé que colhia bons frutos de sua empreitada na agricultura familiar. Jonas também havia me indicado Marcelo, seu primo, morador do Caturité, que tinha acabado de tomar posse como secretário de agricultura do pequeno município.

Na conversa com ele busquei entender as demandas dos agricultores da região e as ações desenvolvidas pela secretaria. Algumas indicações não consegui encontrar por falta de tempo, ou por não retorno do meu contato. Com esse grupo de pessoas, as conversas que tive com eles, os lugares que andei e coisas que fiz, fui criando meu caderno de campo e tomando nota das coisas que me chamavam a atenção. Portanto, ao voltar pro Rio comecei a organizar as ideias, as conversas e as imagens. A dificuldade passava por descrever aquilo que vi e vivenciei, em situar os meus interlocutores, em passar a limpo o que eles me dizem.

Por isso o trabalho se mantém em processo e aberto, são resultado de vários encontros e prosas, com Jonas e com as pessoas mencionadas acima. Por hora, vou me dedicar a dois desses encontros que tive, ao encontro com Rejane e com Jonas. Mas antes de viajar para Paraíba levei na bagagem algumas perguntas, já que, dias antes tinha ido visitar minha avó materna que viajou pro Rio de Janeiro na década de 1970. Eu lembrava dela falar que a viagem para o Rio demorou uma semana, porque havia chovido e a estrada não era boa. Quando perguntei por que foram morar no Rio de Janeiro, ela me respondeu que seu pai tinha ido na frente, que alguns parentes já moravam no Rio. O pai dela foi na frente com os irmãos mais velhos para conseguir trabalho e moradia, em seguida ela iria seguir o mesmo caminho com sua mãe e irmã caçula. Pelo que entendi a esperança de melhor condição de vida foi o que fez eles migrarem e virem para o sudeste. Eu insisti e perguntei se a vida onde morava não era boa, ela me respondeu que era, mas que era difícil e que a vida no Rio, pelo que era dito, parecia ser melhor.

Da conversa com a minha vó, ficou na minha cabeça a imagem que ela descreveu dos pequenos caixões que via serem velados na sala das casas. “Agora entendo do que eles morriam”, ela disse, “era disenteria”. Ficou na minha cabeça a longa viagem até que finalmente chegasse ao Rio, no Campo de Santana. Quando chegou no Rio de Janeiro, ela era rapidamente identificada como alguém vinda de fora, devido ao seu sotaque, ela dizia que havia preconceito com os “Paraíba” e que isso diminuiu conforme o sotaque foi sumindo. Mas recorda que “Na escola era mais” e que as crianças implicavam muito

Não consigo deixar de pensar em como essa prosa se relaciona com a minha pesquisa e com o meu projeto audiovisual que pretendo entregar. Das perguntas que fiz à minha avó levei algumas comigo na minha bagagem. Porque sair da sua terra e migrar rumo a uma cidade desconhecida, descrita apenas pelos comentários dos que partiram? Se a vida não era tão ruim, os familiares moravam perto, porque embarcar rumo ao desconhecido? Além disso, quais imagens povoam nosso imaginário sudestino quando pensamos no sertão nordestino? O que pensamos de seus habitantes humanos e não humanos? O preconceito regional surge em quais momentos? E de que forma?

Algumas dessas questões apareceram de novo para mim, esta última em particular: o que pensa um sudestino do nordeste, por conseguinte do nordestino? E se talvez como em um jogo de espelhos, os olhares pudessem ser invertidos, trocados, o que pensa um nordestino de um sudestino?

Na verdade essas questões apareciam para mim como sinais de alerta, para que eu, enquanto antropólogo, tomasse cuidado.

Com certa cautela eu tentava deixar que o objeto falasse por si só, de modo a prevenir tais perigos antropológicos. A oportunidade de ver e ser visto apresentou-se para mim e me atravessou, bagunçando a ordem das minhas ideias e me expondo a uma “cilada antropológica” que eu pensava até então estar neutralizada na minha pesquisa. Tudo isso ocorreu durante um congresso de antropologia, em solo nordestino, quando então, pude apresentar parte da minha pesquisa em desenvolvimento sobre o território do Caturité e a minha passagem por Campina Grande. Para o congresso separei apenas parte do material, a minha conversa com Rejane. Eu julgava que o encontro que tivemos podia resumir um pouco do caminho que eu buscava percorrer durante a minha pesquisa, o tema da ação da ASA, o banco de sementes crioulas, o programa um milhão de cisterna, tudo isso sobre a ideia de “convivência com o semiárido” vs “combate à seca”.

Contudo, logo após minha fala. Eu ouvi “Eu sou nordestino e não gosto de sudestino estudando o nordeste. Eu sou catingueiro, consigo ouvir o sino da cabra de longe, o sudestino não consegue perceber isso”, de um pesquisador que apresentou sua pesquisa, logo após eu me apresentar. Ele começou sua apresentação se situando, dizendo ser da caatinga, nascido no Piauí, não no lugar onde eu estudava, mas no mesmo bioma. Eu comecei a pensar: “O meu posicionamento fez ele se posicionar em seguida? Ou as coisas já estavam dadas desde o início? Confesso que exalava insegurança, preferi ler, estourei o tempo e não consegui concluir. Mas a visão que tinha da minha pesquisa já estava colocada. Para o meu colega, eu nunca poderia entender a caatinga como ele, não seria capaz de compreender que o nordeste não é só seca, nele existem lajedos, lagos, riachos, represas e açudes.

A imagem que eu tinha do nordeste, não é fiel a ele, somente ele, morador e pesquisador de sua região consegue acessar a realidade vivida na região. Ele toma banho em açudes, não passou sede no tempo da seca, muito menos fome. Eu mesmo me esforçando para não reificar a imagem que circula no sudeste, fui colocado nesse lugar, de estar reproduzindo uma imagem infiel e injusta de uma região inteira. Nordeste, caatinga, semiárido, todos esses nomes na minha fala, mesmo que não intencionalmente pareciam estar atrelados à seca, à fome e à miséria de milhões de nordestinos. O nordeste não é o semiárido, e não é a caatinga. A pluralidade de seus habitantes, de seu clima e seus biomas, homogeneizados no decorrer da minha fala.

O meu esforço de desatrelar esses estereótipos tinha sido em vão, a minha antropologia pegou as macro categorias: caatinga, semiárido e nordeste, e as tornou totalizantes (totalitárias?) Mas tudo isso foi motivado pela minha fala? Ou os ouvidos voltados para mim tinham se fechado? E a minha posição de sudestino tinha chegado antes? Eu não sei, como então usar esses termos sem cair em reproduções? Aliás, eu estava usando categorias que meus próprios amigos e amigas do campo usavam, não seriam eles então os termos nativos?

Se não são esses quais são os termos nativos dos meus amigos de/ no campo, eu achava que a “cilada antropológica” estava controlada, mas meu colega pesquisador me mostrou que não. Eu achava que estava preparado para esses problemas, mas na verdade não estava, o caminho precisava ser trilhado. O léxico encontrado no meu campo precisava ser melhor analisado, assim como, seus sentidos e origem, a forma como eles eram acionados pelas pessoas, e em particular, por quais pessoas, situadas em qual lugar dessa sociedade. Sendo assim, eu voltava para o marco zero da minha pesquisa, para explicar os termos nativos a partir dos referenciais daqueles que os acionam.

Para o manual de um antropólogo não reificar categorias do senso comum é o primeiro passo para começar a pesquisa, por isso vamos a campo, ouvimos os “nativos”, fazemos os primeiros contatos com nossos interlocutores, com o objetivo de compreender como eles acionam as categorias. Por isso, descobrir as categorias nativas é parte fundamental do trabalho de campo, ser colocado na posição de reificador é, na minha opinião, o maior deslize de um antropólogo. Mesmo com o manual em mente, eu precisei olhar para essas questões e trazê-las para a minha pesquisa. Como nomear os meus interlocutores, como abordar o meu campo de modo a ser fiel com eles.

O objetivo do meu trabalho passou a ser olhar para as categorias usadas pelos meus interlocutores durante as conversas que tivemos com mais atenção, no intuito de observar como eles mobilizaram e usaram elas. A apresentação do meu colega ressoava em minha cabeça, segundo ele, somente uma pessoa nativa podia ter acesso ao universo caatingueiro, ele não estava errado. Como estrangeiro, situado no campo que experiência e descrição eu produzo? Quais são os caminhos para escapar da mera descrição do nordeste feita pelo senso comum sudestino passou a ser a minha missão.

Ao mesmo tempo, se o desconforto do meu colega foi evidente, o seu posicionamento trouxe para mim uma experiência, uma “suspensão fenomenológica” onde eu o escutei, atento não aos meus sentimentos de frustração e insegurança, mas apenas ao que ele queria dizer com “Eu sou nordestino, caatingueiro e não gosto de sudestino estudando o nordeste”. Um esforço me tomou de não fechar os meus ouvidos ao que ele falava, a sua experiência tinha muito a me dizer sobre meu objeto, não apenas sobre minha medíocre apresentação. A realidade que ele tinha acesso era algo que eu realmente nunca tive, nunca experienciei.

O som do sino da cabra batendo longe, o banho nos açudes, tudo isso é algo que um caatingueiro vive. Sendo assim, atento ao que ele dizia, buscava ouvi-lo, de modo a reter sua apresentação em minha memória. A apresentação dele era algo que fugia a imagem do nordeste nos jornais, novelas e minisséries, algo que elas não davam conta, ou mesmo alguma coisa que escapava ao olhar e descrição de um antropólogo escrevendo a sua tese. Eu estava de frente não para o meu objeto, mas para a experiência viva.

Os termos Nativos, ou não tanto assim, ou nativos de quem: O que é e que diz “Convivência com o semiárido”?

Durante o trabalho de campo, em uma conversa com Rejane Alves consegui conhecer um pouco mais da história, das premissas e das ações da ASA Paraíba. A Articulação do Semiárido (ASA) é uma organização presente em todo nordeste e em Minas Gerais, ela envolve diversas organizações da sociedade civil, um dos seus programas mais conhecidos visa construir cisternas nas casas dos moradores, para abastecimento humano e animal. Ela surgiu na década de 1990 com o objetivo de fomentar diversas iniciativas no nordeste brasileiro.

Rejane se apresenta como filha e neta de agricultores, os seus pais foram assentados da reforma agrária, na visão dela sua família praticava a “convivência com o semiárido” quando ainda não existia essa terminologia. Sendo assim, a noção de convivência com o semiárido parece estar situada historicamente a um movimento recente na região. De modo que as gerações anteriores a dela, não utilizavam esse termo, mesmo que na prática utilizassem de técnicas e tecnologias que viriam a ser consagradas sobre essa perspectiva. Ao conversar com ela, consegui situar o aparecimento desta noção como uma virada recente dos movimentos sociais, onde a ASA desempenha papel importante.

Na verdade, era o que a gente chamava de nessa época. Até então, não é que é o termo “convivência para seminário” É um termo mais recente né? A gente chamava de combate à seca. Mas eu não tinha assim noção. E aí, quando coincidiu que eu entrei na CPT, fui também cursar história. E aí, quando eu fui fazer história, eu, eu só queria fazer algo ligado à semente, porque era algo que remetia muito a minha infância ao meu pai, ao trabalho que meu pai tinha na Comunidade e ao trabalho que eu acompanhava na CPT, que era os bancos de sementes comunitários, dos assentamentos onde a CPT tinha uma ação e a ASA .
(Comunicado Pessoal em - 14/01/2025)

Nesse sentido, a fala de Rejane sugere que mesmo que as populações rurais possuam práticas contempladas por esse “guarda-chuva” da convivência com o semiárido, elas adotem outros termos, outras descrições de suas práticas. A atuação da ASA é capilarizada pelo território, com regiões mais ou menos atendidas pelos seus projetos e ações, o que pode indicar também a maior ou menor difusão dos termos adotados por ela. No que tange a trajetória de Rejane, a primeira vista parece indicar que contato dela com organizações da sociedade civil engajadas em projetos voltados para o território, como a Comissão da Pastoral da Terra e em seguida a ASA, assim como sua entrada na universidade para o curso de história, fez com que ela tivesse contato com um outro tipo de léxico.

De modo que identifica em sua história pessoal e familiar práticas que hoje em dia são denominadas como formas de convivência com o semiárido, mas que na época eram descritas de outra forma. Além disso, pode evidenciar que a maneira pela qual os moradores descrevem aquilo que fazem é heterogênea e pode variar a depender da relação que possuem ou deixam de possuir com organizações da sociedade civil ligadas a essa perspectiva da convivência. Há, portanto, um posicionamento semântico que visa diferenciar e com isso situar uma outra abordagem, que reagrupa práticas. O processo de diferenciação da ASA contrapõe a perspectiva da convivência com o do combate.

Eu não tinha essa noção, entendeu? Eu fui ter noção disso, da convivência com o semiárido e dessa coisa toda. De fato, quando eu cheguei na faculdade eu fui pesquisar. Para mim, era só um trabalho que eu desenvolvia, tipo, era uma missão de vida, entendeu? Não, não, não tinha despertado para isso. (Comunicado Pessoal em - 14/01/2025)

Rejane pontua que antes de chamar de convivência falavam em combate à seca, quando ouvi ela dizer isso achei curioso que utilizassem exatamente o termo que a ASA visa se contrapor. Enquanto paradigma, a ideia de combate à seca representa as noções e práticas opostas aquelas que a ASA defende e divulga. Na comunidade rural em que Rejane nasceu e viveu próxima de Campina Grande (PB), existiam bancos de sementes crioulas e as pessoas se organizavam para buscar água em açudes. Seu pai era um “guardião de sementes” e mobilizador do banco de sementes da região, e sua filha Rejane o acompanhava em seus trabalhos.

Segundo ela, além do banco de sementes, eles organizaram um fundo rotativo para construção de cisterna, mutirões de limpeza do roçado e limpeza dos açudes. Desde pequena participava das ações mobilizadas por seu pai e demais moradores da comunidade. Se por um lado, a comunidade falava em combate à seca, suas práticas não se delimitavam as ligadas àquilo que a ASA define como sendo práticas de combate. Rejane fala da mudança de terminologia em sua vida como um processo de

descobrimto e de despertar, já que não tinha noção de que aquilo era um trabalho de convivência com o semiárido, tal como veio a ser chamado posteriormente.

A virada de chave narrada por Rejane dialoga com um processo maior que estava em curso no período da redemocratização. Quando começou a trabalhar com a ASA em 2003, ficou responsável por secretariar o quarto encontro nacional do semiárido brasileiro. Quando cheguei na Paraíba pensava em pesquisar o movimento que gerou essa mudança do vocabulário utilizado para descrever a situação do território, intitulado convivência com o semiárido. Com a atuação de diversas organizações da sociedade civil passaram a articular coletivamente uma mentalidade particular, que se contrapunha a hegemonicamente constituída chamada por eles de combate à seca.

Algumas semanas antes de estar com Rejane eu havia conversado com Jonas, ele atualmente é o principal interlocutor e entusiasta da minha pesquisa. Jonas é historiador e grande conhecedor da região, fala sempre com amor da sua terra. Ele nasceu no Cariri, desde sua infância transita entre a região e Campina Grande. O seu sítio Campo Emas fica no Caturité, localizado no Cariri Oriental, que fica a cerca de 40 km da região de Campina Grande, onde fiquei a maior do tempo da minha estadia.

Para chegar no Caturité devemos pegar a BR- 104 e estadual PB-148, saímos da estrada de asfalto e entramos na estrada de terra batida, de cor avermelhada em direção ao Campo das Emas. No caminho podemos ver a vegetação da caatinga no mês de dezembro, conforme fomos nos aproximando a criação de bovinos começa a surgir, o cheiro do esterco e das vacas toma conta. O pequeno município do Caturité tem cerca de 4 mil moradores, está a 160 km da capital, João Pessoa.

O pai de Jonas foi produtor de algodão, proprietário de terras na região, ele considera sua família como de classe média, mas reconhece que ao redor havia pobreza. Os anos de 1970 e 1980 foram difíceis por conta do declínio do algodão, da crise econômica mais o prolongamento do período de estiagem. Em sua formação acadêmica, no mestrado e no Doutorado buscou estudar a história econômico política da região, defendendo a sua tese em outubro de 2002. Para ele, nos anos 2000 consolidou-se uma outra ideia para o semiárido, quando olha para sua produção acadêmica no período percebe uma mudança de perspectiva, ao invés de se falar em combate, começa-se a usar a convivência. No meio dessa mudança ele publica sua tese, que considera ultrapassada em alguns pontos, mas o ponto principal é devido à nova forma de tratamento da questão que vinha de parte da sociedade civil organizada. Dessa maneira, podemos entender que Jonas também fez parte da mudança de paradigma que estava em curso no final da década de 1990 e ganhou força na virada dos anos 2000. Do ponto de vista de sua produção acadêmica concebe a sua tese defasada logo após a publicação, quando as organizações da sociedade civil começam a falar em convivência.

O sítio de Jonas possui uma variedade de árvores típicas da caatinga como umbuzeiro, umari, mandacaru, “barriguda” etc. A barriguda me lembrou o baobá africano, a umari e o umbuzeiro são árvores com risco de extinção. O sítio também possui espécies oriundas de outros lugares, árvores consideradas exóticas como limoeira, mangueira e pitaya. Além da sua criação de animais, como galinhas, gansos, pavões e duas vacas. Dentre os animais silvestres que aparecem no sítio são comuns sapos, rãs, jiboias e aves de pequeno porte. A maioria dos animais silvestres possuem hábitos noturnos como a Jiboia, o Teju e o gambá-de-orelha-branca, conhecido como timbu que surge na calada da noite atrás dos ovos das galinhas criadas por Jonas.

A minha chegada ao campo se deu em dezembro, que costuma ser o final do período seco, por isso o cenário era marcado por árvores desfolhadas, com apenas os finos caule à mostra e a terra cor de argila com sua vegetação rasteira acinzentada. Ao redor da piscina da casa um sistema de

escoamento da água da chuva consegue armazenar na cisterna cerca de 55 mil litros de água. A casa possui cerca de três cisternas. Jonas conta que a seca faz parte da vida do sertanejo, ou do “caatingueiro” e é um marco temporal importante em sua vida. A forma como ele organiza sua vida depende das chuvas, que determinaram as culturas que irão plantar e se o período de estiagem será mais ou menos difícil.

Nós realizamos a entrevista na varanda, fomos todos almoçar galinha capoeira, preparada por Conceição. Antes que pudéssemos parar para descansar o almoço, o anfitrião me convidou para conhecer o terreno, emprestou um chapéu de palha para mim e outro para o meu pai. Enquanto ele e o meu tio usaram um de couro. Ele também emprestou um protetor solar, para que pudéssemos nos proteger do sol, que não dava trégua. Jonas começou a apresentar as árvores típicas da caatinga que plantou em seu terreno, como o umbuzeiro. Na oportunidade, ao falar do umbuzeiro, como “(...)a árvore sagrada que aparece na obra de Euclides da Cunha”, fez questão de explicar que ela reflete um pouco da mentalidade que aprendeu com o tempo, com a sua vida na caatinga e que faz parte do seu estudo acadêmico. As plantas nativas da caatinga possuem características próprias que elas foram aprendendo com o tempo, que as ajudam a viver naquele lugar.

Segundo ele, há uma resiliência da flora da caatinga em meio ao baixo índice pluviométrico que enfrenta a região. O umbuzeiro, por exemplo, possui a capacidade de reter água em seus tubérculos e isso possibilita que ele possa passar pelo período de estiagem, como se fosse uma “cisterna”. Jonas andou pelo terreno da casa como se fosse uma aula de campo, contando a história de cada árvore, de cada canto da casa e de fato era uma aula. A arquitetura de sua casa é pensada para amenizar o calor, ao entrar na residência a temperatura diverge da encontrada do lado de fora, é sempre mais amena.

A rede de calhas ajuda a captar e armazenar a água da chuva, que fica guardada em suas cisternas. Ele disse que possui um projeto de escola campo, onde as sextas feira crianças visitam a propriedade e conta a história de resiliência das árvores e como podemos aprender com elas a conviver com o semi árido. As árvores da caatinga durante muito tempo foram menosprezadas e por isso eram colocadas abaixo, para criação de gado ou então para o cultivo de outras culturas como o algodão.

Os espaços do terreno homenageiam nomes importantes da música popular nordestina como: Jackson do Pandeiro, Gilberto Gil. E também figuras históricas no caso de Zumbi e Dandara dos Palmares. Segundo Jonas, no ano de 2024 recebeu crianças de escolas do Cariri, de Campina Grande e de João Pessoa. Em uma das partes do seu terreno mostrou sua plantação de palma e contou que fez parte de um experimento da ISA, que visava diminuir os efeitos da lixiviação. De acordo com Jonas, o experimento comprovou a capacidade da palma reduzir o processo de degradação do solo, mantendo a cobertura e os nutrientes do solo. Com base no estudo realizado em seu terreno, a plantação impediu a perda de 12 cm da cobertura do solo. Em seguida, Jonas nos levou para conhecer a parte do seu terreno que possui vegetação nativa, diante da pouca chuva as árvores estavam secas, sem sua folhagem.

A paisagem é tomada por uma coloração acinzentada e os caules surgem todos nus, sem o tom esverdeado das folhas. Alguns metros na parte dos fundos do terreno um matagal verde toma conta. Jonas explica que cavaram o terreno à procura de poços d’ água e terminaram por encontrar um que seu irmão usa para plantar capim, para alimentar os animais. Logo ao lado, um açude foi construído por Jonas e sua família, a água é usada para plantação, animais e tarefas domésticas. Na procura por água, as famílias que possuem recursos mandam furar poços, a maioria deles não consegue encontrar água. Em alguns casos, em meio a necessidade do recurso, as pessoas fazem promessas para Nossa Senhora, ou então para outros santos. O poço costuma durar alguns anos, até então secar.

Durante a minha visita, Jonas também me levou para conhecer um pouco mais da região de carro, ao longo de todo o trajeto podemos observar nas casas, as cisternas que são numeradas, cada casa possui a sua, às vezes mais de uma. De acordo com Jonas isso foi uma revolução para região, permitiu que os moradores pudessem permanecer no território, cuidar dos animais e da roça, mesmo em períodos de estiagem. Isso foi possível por meio do ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) que ajudou a construir centenas de cisternas na região, seja em casas e escolas. Jonas destaca que as cisternas são uma das formas encontradas para a convivência com semiárido e que modificou totalmente a vida das pessoas.

Uma breve conclusão

De maneira provisória, podemos destacar que há uma mudança de paradigma em curso, presente nas falas de dois interlocutores deste trabalho: Jonas Duarte e Rejane Alves. Podemos destacar características em comum entre eles, ambos possuem relação com organizações da sociedade civil filiadas ao paradigma da convivência com o semiárido, eles possuem ensino superior, são oriundos do meio rural e moradores. No caso de Rejane, filha de pequenos agricultores, participava ativamente das ações que sua comunidade devolvia, até entrar para Comissão Pastoral da Terra e posteriormente para Articulação do Semiárido. Embora, não chamasse de convivência a forma como vivia, ela em sua vida praticou técnicas ligadas a esse paradigma, curiosamente chamava de combate à seca. Seu pai era guardião das sementes crioulas. É curioso pois, uma das estratégias da ASA na divulgação do novo paradigma é exatamente se contrapor ao paradigma hegemônico construído hegemonicamente, citado por Rejane.

Jonas, por meio da pesquisa de doutorado, mas também de sua presença no território como morador, teve contato com o novo vocabulário corrente. Além disso, a partir da sua experiência começa a articular esse novo léxico com a forma de adaptação encontrada na flora da caatinga. Aquilo que chama de “resiliência”, como sendo a capacidade do bioma em poupar e economizar água em tempos de carestia, como em meio a um período de estiagem prolongada. Jonas observa as plantas e pensa em reproduzir a partir da experiência delas, a própria maneira de habitar a caatinga. Isso fica demonstrado no projeto arquitetônico de sua casa, nas suas cisternas e em seu sistema de calhas.

Sendo assim, é possível que as populações rurais que não tenham contato com os programas da ASA e que não estejam associadas a organizações da sociedade civil não utilizem esse novo vocabulário. Cabe então, compreender os termos nativos utilizados, como eles descrevem aquilo que fazem. A noção de convivência com o semiárido pode ser localizada sócio-historicamente. O uso da noção de “convivência” se contrapõe a de “combate”. Nessa virada semântica, ASA também adota outro termo “semiárido”, ele ganha força enquanto uma categoria política que engloba regiões, populações, climas e biomas. Um dos programas mais bem sucedidos, que conseguiu testar o alcance político dos termos é o programa um milhão de cisternas apoiado pela ASA e feito com recursos da União.

Dessa forma, o discurso da ASA conecta diversas organizações da sociedade civil que se voltam para construir sua própria ideia de habitação/ocupação do território. De maneira incipiente, podemos apontar que desde a sua criação ela tem construído um potente discurso político que busca criar categorias políticas como: convivência e semiárido, em oposição a ideia de combate à seca. Para isso, lança mão de homogeneizar práticas, territórios e populações diferentes umas das outras, em prol de conseguir do Estado contrapartidas. O modo como a ASA opera com relação às organizações, as regiões em que se faz presente, o grau de capilaridade e difusão de seu vocabulário continuam em

aberto. Assim como, a heterogeneidade semântica que os moradores possuem com relação ao que venha a ser a “convivência”. A descobrir como os mais distantes do campo de atuação da ASA descrevem aquilo que fazem.